



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC I  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE HISTÓRIA**

**RENATO FAGNER FERNANDES COUTO**

**O PODER POLÍTICO DA FAMÍLIA TAVARES.  
SÍTIO GERALDO - ALAGOA NOVA - 1960-1975.**

**CAMPINA GRANDE – PB  
2012**

**RENATO FAGNER FERNANDES COUTO**

**O PODER POLÍTICO DA FAMÍLIA TAVARES.  
SÍTIO GERALDO - ALAGOA NOVA - 1960-1975.**

Monografia apresentada em  
cumprimento às exigências  
acadêmicas para obtenção do  
título Licenciatura Plena em  
História pela Universidade  
Estadual da Paraíba.

Orientadora: Ms. Maria José Silva Oliveira

**CAMPINA GRANDE – PB  
2012**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

C871p Couto, Renato Fagner Fernandes  
O poder político da família tavares. sítio geraldo - alagoa  
nova 1960-1975 [manuscrito] / Renato Fagner Fernandes Couto . –  
2012.  
37 f.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) –  
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2012.  
“Orientação: Prof.<sup>a</sup> Ma. Maria José Silva de Oliveira ,  
Departamento de História”.

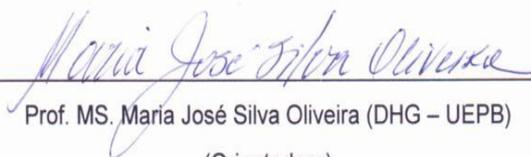
1. História – Sítio Geraldo de Alagoa Nova. 2. Oligarquia. 3.  
Identidade Sociocultural – Política. I. Título.

RENATO FAGNER FERNANDES COUTO

O PODER POLÍTICO DA FAMÍLIA TAVARES.  
SÍTIO GERALDO - ALAGOA NOVA - 1960-1975.

Monografia apresentada em  
cumprimento às exigências acadêmicas  
para obtenção do título Licenciatura  
Plena em História pela Universidade  
Estadual da Paraíba.

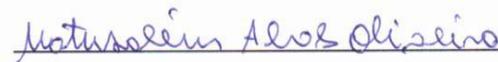
aprovado em: 27/11 /2012



Prof. MS. Maria José Silva Oliveira (DHG – UEPB)  
(Orientadora)



Prof. MS. Maria Giselda Nascimento Limeira (DHG – UEPB)  
(Examinadora)



Prof. MS. Matusalém Alves de Oliveira (DHG – UEPB)  
(Examinador)

## **DEDICATÓRIA**

*Aos meus pais, Joana Darc Fernandes Couto e Gabriel Couto, e a minha irmã, Renally Fernandes Couto. Dedico por terem me incentivado e mostrado a importância de uma formação acadêmica, na sociedade capitalista que exige uma qualificação profissional em todas as áreas do conhecimento. Este trabalho é resultado muito mais do incentivo e apoio da minha família.*

## AGRADECIMENTOS

*Agradeço, a Deus.*

*Agradeço a minha família por incentivar e financiar os meus estudos.*

*À ex-coordenadora do curso de História e orientadora deste trabalho de conclusão de curso: Maria José Alves de Oliveira, que mesmo diante do seu tempo sobrecarregado, se dispôs a nos orientar nas pesquisas deste trabalho.*

*Aos meus amigos de turma por terem compartilhado comigo momentos marcantes dentro da minha formação acadêmica. Aos meus amigos dentro e fora da Academia, Eraldo Eronides Maciel e José Emerson Tavares de Macedo, pelo apoio e ajuda em minhas pesquisas.*

*À atual coordenadora: Auricelia, sem esquecer da brilhante secretaria que o curso possui: Socorro, que sempre nos tratou com carinho e atenção sempre que precisamos.*

*A todos aqueles que foram meus professores durante o curso de História e que passaram um pouco do seu conhecimento, contribuindo para nossa formação intelectual. Destacamos alguns docentes por acreditar que estes têm uma parcela maior tanto para nossa formação como para realização deste trabalho. Professor Josemir Camilo por me mostrar que eu poderia trabalhar com a temática do poder político da família Tavares em Alagoa Nova-PB a partir do Componente Curricular: Oficina de Elaboração de Projeto de pesquisa. A Professora Patrícia Aragão pelos incentivos de que este trabalho fosse divulgado e apresentado em diversos Congressos e Encontro de estudantes e pesquisadores de áreas afins com a História.*

*Não poderia deixar de destacar e agradecer a banca examinadora deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), nas pessoas da professora Giseuda e professor Matusalém, que se dispuseram em estar presentes na defesa do mesmo.*

## EPÍGRAFE

### **Identidade**

*(Jorge Aragão)*

*Elevador é quase um templo  
Exemplo pra minar teu sono  
Sai desse compromisso  
Não vai no de serviço  
Se o social tem dono, não vai...*

*Quem cede a vez não quer vitória  
Somos herança da memória  
Temos a cor da noite  
Filhos de todo açoite  
Fato real de nossa história*

*Se o preto de alma branca pra você  
É o exemplo da dignidade  
Não nos ajuda, só nos faz sofrer  
Nem resgata nossa identidade.*

## RESUMO

Neste trabalho objetiva-se entender, dentro do processo político e social do Sítio Geraldo de Alagoa Nova entre os anos de 1960-1975, como os camponeses buscaram ao longo dos tempos sua emancipação das práticas coronelistas da Família Tavares. A emancipação do trabalhador, em relação ao grande proprietário de terra (Família Tavares), se fez, por meio de resistências individuais cotidianas, o que acabaria por formar sua identidade sociocultural. É dentro da Nova História política que entra o objeto de pesquisa a ser analisado. Nesse sentido essa nova história (cultural e do poder político) representou a reabertura do diálogo entre a história e outros ramos do conhecimento como a sociologia, ciências políticas, antropologia, linguística, possibilitando o surgimento de novos objetos e, sobretudo, de novas abordagens; Esse foi o caso da História Política, que apenas tinha interesse em focar os fatos dos chamados “de cima”. Ao contrário dessa perspectiva, surgiu agora a Nova História Política, a qual destinava seu olhar e preocupação em estudar os fatos políticos que envolvem a sociedade de forma geral, onde os chamados “de baixo”, seriam lembrados e participantes dos processos históricos de dada sociedade. O trabalho com fontes orais e bibliográficas, para uma nova abordagem sobre a temática foi utilizado neste trabalho para uma melhor compreensão da construção da identidade local do trabalhador pobre-livre no Sítio Geraldo, a partir de uma reflexão sobre o trabalho de Michel de Certeau (1994), que possibilita uma fantástica análise de como cotidianamente os mais “fracos” conseguem dar golpes nos mais “fortes”, golpes astuciosos, pequenos, porém grandes para quem os aplica com prodigiosa virtuosidade.

**Palavras-chave:** Oligarquia; Resistência; Identidade.

## ABSTRACT

This study aims to understand, within the political process and social Site Geraldo Alagoa Nova between the years 1960-1975, as farmers sought over time emancipation practices coronelista Family Tavares. The emancipation of the worker in relation to the large landowner (Family Tavares), was done through individual resistances everyday, which would eventually form their sociocultural identity. It is within the New Political History that enters the research object to be analyzed. In this sense this new story (cultural and political power) was the reopening of dialogue between history and other branches of knowledge such as sociology, political science, anthropology, linguistics, enabling the emergence of new objects, and especially of new approaches; this was the case in political history, which only had an interest in focusing on the facts of so-called "top". Contrary to this perspective, has now emerged the New Political History, which aimed her gaze and concern in studying the political events that involve society in general, where the so-called "low", and participants were reminded of the historical processes of a given society . Working with oral sources and bibliography for a new approach on the theme was used in this work for a better understanding of identity construction site worker's poor free-Site Geraldo, from a reflection on the work of Michel de Certeau (1994), which provides a fantastic analysis of how the daily "weaker" blows can give us more "strong" blows nifty, small but great for those applying with prodigious virtuosity.

**Keywords:** Oligarchy; Resistance; Identity.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	
<b>ABSTRACT.....</b>	
<b>EPÍGRAFE.....</b>	
<b>INTROODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>CAPÍTULO 1 - O TRABALHO NA PARAÍBA.....</b>	<b>19</b>
1.1 A Oligarquia Dos Tavares.....	20
<b>CAPÍTULO 2 - SITIO GERALDO.....</b>	<b>25</b>
2.1 Uma Breve Incursão Sobre A História Oral.....	27
2.2 Analisando As Falas Dos Trabalhadores Do Sitio Geraldo.....	29
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>34</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFFICAS.....</b>	<b>36</b>

## INTRODUÇÃO

A iniciativa que nos fez trabalhar a temática proposta – “O PODER POLÍTICO DA FAMÍLIA TAVARES SÍTIO GERALDO - ALAGOA NOVA - 1960-1975.” – surgiu em estudos no decorrer da disciplina: Oficina de elaboração de projeto de pesquisa. O fato de residir no Sítio Geraldo e estar inserido no lugar social da temática, facilitou a inspiração em lidar com o trabalho, procurando, a partir de pesquisas mais aprofundadas, possíveis respostas às inquietações advindas de tramas políticas da Família Tavares no município de Alagoa Nova.

O trabalho procura analisar de que forma a política oligárquica da Família Tavares, desenvolveu suas ações dentro de uma engenharia política no município de Alagoa Nova – PB. Nesse sentido, torna-se necessário, uma análise do processo de reconfiguração da história política, enaltecida dos grandes nomes e acontecimentos para uma Nova História Política, a partir da década de 1960 e 1970, ao chamado retorno “do político” com o surgimento de trabalhos e de propostas de uma história política renovada, seja metodologicamente, seja conceitualmente.

A História passou por diversas transformações ao longo do tempo, sendo permeada e influenciada por diferentes correntes historiográficas as quais atingiram muitas vezes o seio das discussões abordadas e relevadas dentro do seu arcabouço teórico.

Durante o século XIX observamos uma corrente historiográfica dominar os debates e discussões a cerca dos fatos e históricos, essa corrente ficou conhecida como positivismo – chamada por muitos de Escola Metódica, que tinha preocupação em apenas estudar os fatos oficiais, sempre embasados pela fonte documental. Não foi diferente, pois ,com a história política, que tinha interesse em estudar os grandes nomes e acontecimentos.

Agora com a concepção, de acordo com os autores José D’Assunção Barros (2008) e Réne Rémond (1996), a Nova História Política, começou a se preocupar com as relações de micro-poderes, e não mais apenas com as questões oficiais. Esse é o caso das relações de poderes existentes na história da formação do Sítio

Geraldo do Município de Alagoa Nova, onde foi palco de expressão do coronelismo da família Tavares, pois como vemos, na visão de Barros:

A Nova História Política passou a abrir um espaço correspondente para uma “História vista de Baixo”, ora preocupada com as grandes massas anônimas, ora preocupada com o “indivíduo comum”, e que por isto mesmo pode se mostrar como o portador de indícios que dizem respeito ao social mais amplo.(BARROS,2008. p. 107).

A nova história (cultural e do poder político) representou a reabertura do diálogo entre a história e outros ramos do conhecimento como a sociologia, ciência política, antropologia, psicologia, linguística, psicanálise, possibilitando o surgimento de novos objetos e, sobretudo, de novas abordagens.

Diferentemente, da história política do passado, pois a mesma apresentava uma configuração contrária a essa história ideal. Na visão de Rémond:

Ao privilegiar o particular, o nacional, a história política privava-se, ao mesmo tempo, da possibilidade de comparações no espaço e no tempo, interditava-se as generalizações e sínteses que, apenas elas, dão ao trabalho do historiador sua dimensão científica.(RÉMOND, 1996. p.17).

Portanto, a Nova História Política ampliou seu leque de atuação ao incorporar em suas análises, temas e propostas como cultura política, imaginário político, mito político, análise de discurso, etc. A política deixa de ser vista de maneira separada, a exemplo da economia e da cultura, desassociada uma das outras, passando a ser vista como o *lócus* privilegiado em que todas as instâncias sociais se articulam. Segundo René Rémond: [...] Estudar a história do político é estar convencido de que o político existe por si mesmo, professar que ele tem uma consciência própria e uma autonomia suficiente para ser uma realidade distinta (RÉMOND, 1996, p. 445).

Embasado nessa visão de Rémond foi desenvolvido nosso objeto de estudo: O Poder Político da Família Tavares: Sítio Geraldo - Alagoa Nova - 1960-1975.

Por outro lado, se faz necessário mesmo que sumariamente, uma análise sobre a política econômica colonial portuguesa com a implantação da plantation açucareira no Brasil para compreendermos melhor as relações de mandos e desmandos da família Tavares nos engenhos de açúcar no município paraibano de Alagoa Nova, em especial no Sítio Geraldo.

A política mercantilista da coroa portuguesa encontrou no Brasil respostas para as suas necessidades econômicas tanto para seu consumo interno, como para a comercialização no mercado Europeu. A colônia com suas grandes extensões de terras, clima tropical, e solos férteis eram favoráveis à produção da cana-de-açúcar em larga escala, produto altamente rentável para o comércio da época.

As chamadas plantation – Sistema latifundiário, escravista e monocultor, implantado na colônia, inicialmente fez a tentativa da escravização do índio como mão-de-obra, tentativa que não foi avante, já que no século XVI houve a incorporação dos escravos africanos como mão de obra, toda essa engrenagem do sistema passou a ser vista como uma fonte de maior obtenção de lucros para a coroa.

Esse sistema econômico foi privilegiado pelo fato do litoral nordestino estar localizado próximo ao continente europeu, de ter um clima favorável à cultura canieira, e um solo massapé (Solos ricos em argila, os quais se encontravam com abundância na Região Nordeste e extremamente favoráveis à produção da cana-de-açúcar) o qual facilitou a sua produção na região, passaram a ser palco de destaque no cenário nacional, quando tratado da economia açucareira no Brasil, as províncias de Salvador e Recife.

A experiência dos portugueses no cultivo e produção da cana-de-açúcar nas ilhas do litoral africano favoreceu e facilitou a aplicação da produção da mesma no Brasil, pois é uma atividade de extrema complexidade e que necessita de experiências no cultivo e da manufatura da produção, fazendo com que o local da produção (ENGENHO) se transformasse em um verdadeiro complexo de atividades produtivas em relação ao açúcar, principalmente quando analisarmos as instalações e logísticas.

A instalação dos escravos africanos (as senzalas) encontrava-se inserida nos espaços da própria unidade produtora. A senzala era uma espécie de habitação ou alojamento onde os escravos brasileiros se instalavam. Elas existiram durante toda a fase de escravidão eram construídas dentro da unidade de produção, isso como dito a priori, para aumentar a produtividade além de facilitar a vigilância e o controle por parte dos seus “donos” sob os cativos. Geralmente, eram galpões de porte médio ou grande em que os mesmos pernoitavam. Costumam ser rústicas, abafadas e desconfortáveis, muito simples feitas geralmente de barro e madeira e não possuíam divisórias.

A moradia do senhor de engenho e de sua família no local de produção, as chamadas “casas grandes” – Denominação que passa a ser usada a partir do século XIX por Gilberto Freire em seu livro “Casa Grande e Senzala” - (Complexo que envolvia o latifúndio, a senzala onde ficavam os escravos, o engenho e a casa do senhor dono das terras), para que o senhor de engenho pudesse monitorar e acompanhar de perto toda a produção do engenho. Tudo no engenho ficava em torno da casa grande, sendo esta uma espécie de centro político, econômico e social local.

A História Social, também pode ser de fundamental importância pelo fato de ser discussão presente no estudo de classe e de poderes, assim como as organizações das estruturas sociais, vinculada sempre ao “processo” de formação das mesmas. Esse é o caso da constituição da sociedade do Sítio Geraldo, assim como também no que diz respeito a sua identidade.

É importante indicar que a História Social também estuda estes ‘processos’, e não apenas modos de organização ou estruturas, pois caso contrário a História Social poderia ser vista como uma História estática, e não dinâmica. (BARROS, 2008. p. 112).

É sob esse viés teórico-metodológico, da história Política e Social que analisaremos o processo de formação da identidade social da comunidade do sítio Geraldo de Alagoa Nova; Isso no que diz respeito às resistências individuais cotidianas dos camponeses frente às ordens coronelistas da família Tavares, assim

abordadas pelo autor Marcos Paulo da Silva em seu trabalho monográfico (2005). Neste sentido, o historiador Carlos Ginzburg (1989) remete no seu livro: “Mitos, emblemas, e sinais” (1989), que o historiador é comparável a um médico, pois o mesmo pode, “diagnosticar as doenças inacessíveis à observação direta na base de sintomas superficiais, às vezes irrelevantes aos olhos do leigo” (GINZBURG, op.cit. p. 151). Para analisarmos as relações de poder existentes no sítio Geraldo, seguindo a visão de Ginzburg, o ofício do historiador seria semelhante a de um investigador.

O historiador Silva (2005), em sua monografia, segue uma outra visão teórica, Certeuniana. O autor analisa o contexto da região do sítio Geraldo, antes pertencente ao município de Alagoa Nova, e sendo hoje dividida entre o município de Matinhas e Alagoa Nova. Analisando-a através das práticas coronelistas da família Tavares. Mostrando que historicamente a prática do coronelismo, passou a ser discutida por vários autores, mesmo que estes tenham ainda como fonte de trabalho as questões camponesas.

Nessa linha de raciocínio, Silva (2005) utiliza-se do historiador Michel de Certeau, para enfocar a resistência cotidiana dos camponeses, frente às ordens do coronel da região (Pedro Tavares), e onde essa resistência camponesa surge de forma individual e não de forma coletiva:

Michel de Certeau (1994) possibilita uma fantástica análise de como cotidianamente os mais “fracos” conseguem dar golpes nos mais “fortes”, golpes astuciosos, pequenos, porém grandes para quem os aplica com prodigiosa virtuosidade.(SILVA, 2005. P.10).

De acordo com a explicação dada por Michel de Certeau, os indivíduos, tidos como mais fracos e “dominados” por regras criadas por determinados sistemas de formalidades, introduzem práticas no sistema de divisão em compartilhamento pelo trabalho ou pelo lazer. Transparecendo assim, o modo explicitado pelo autor do “fazer com”, o trabalho e os lazeses se harmonizam, se repetem e reforçam uma a outra. Dentro desta linha de pensamento, a produção cultural acaba oferecendo um

campo de expansão para operações racionais permitindo gerir o trabalho de acordo com uma análise prévia, mapeando e generalizando.

Os comportamentos dos indivíduos em um determinado lugar de trabalho, se confundem entre o trabalho – lazer, sendo os comportamentos dos mesmos distribuídos segundo o seu lugar. Os modos de agir destes, se fazem em sua totalidade, de acordo com as modalidades de ação, ou melhor, as formalidades das práticas, fazendo com que o próprio indivíduo pratique a bricolagem, ou seja, onde o mesmo vai criar/recriar mecanismos da atividade para o seu próprio consumo, desvinculando assim, as regras que lhes foram impostas dentro da casa do tabuleiro social.

As circunstâncias fazem parte constante para a utilização da bricolagem, onde as táticas desviacionistas fluem dentro do lócus manipulado, não obedecendo às regras e nem às leis do lugar vigiado, controlado, manipulado pelas forças dominantes. Sendo estas tão localizáveis como as estratégias tecnocráticas, que visam criar lugares, modelos abstratos que diferenciam do trabalho do indivíduo. Aparecem nesse momento, as estratégias e as táticas praticadas por quem as usam para “re-criar” os lugares dentro do setor de ação. As estratégias são categorias prévias das técnicas desviacionistas, que introduzem a modalidade de produzir, mapear, impor. Já as táticas, são modalidades onde o utilizador pratica, utiliza, manipula, altera o campo de poder que o circunda.

Para tanto, é necessário definir os chamados pelo autor: “esquemas de operações”, “estilos” ou “maneiras” de fazer. Esses estilos ou modos de ação se fazem em dois níveis, segundo Certeau; O primeiro nível, é justamente o campo que os regula, que institui regras e leis para serem seguidas pelos “manipuláveis”, e que este precisa segui-las; O segundo nível, toma proveito, estrategicamente obedecendo o primeiro nível seguindo as regras, para que depois venha a criar os “lugares”. As “maneiras de fazer”, de construir os lugares, formam quase que um tipo de ou uma forma de jogo, em que apresenta interesses diferentes e funcionamentos interferentes, a partir de instrumentos disponíveis no campo de trabalho.

A estratégia do indivíduo de assimilar o que lhe é imposto dentro de um setor de poder é exemplificado com a arte do “fazer com”. Para Certeau:

Essas operações de emprego – ou melhor, de reemprego – se multiplicam com a extensão dos fenômenos de aculturação, ou seja, com os elementos que substituem as maneiras ou “métodos” de transitar pela identificação do lugar. Isso não impede que correspondam a uma arte muito antiga de “fazer com”. Gosto de dar-lhes nome de usos, embora a palavra designe geralmente procedimentos estereotipados recebidos e reproduzidos por um grupo, seus “usos e costumes”. O problema está na ambiguidade da palavra pois, nesses “usos”, trata-se precisamente de reconhecer “ações” (no sentido militar da palavra) que são a sua formalidade e sua inventividade próprias e que organizam em surdina o trabalho de formigas do consumo. (CERTEAU, 1994, p. 93)

Os consumidores (trabalhadores), produzem trajetórias indeterminadas, aparentemente desprovidas de sentido, pois não são coerentes com o espaço produzido ou pré-fabricado onde se manifestam, são movimentos contrários em um lugar ordenado por um sistema organizacional de poder. As ações são imprevisíveis no lócus determinado e manipulado por um sistema, sendo as formas de poder expressas nos modos temporais dos horários ou nas organizações paraguimáticas dos lugares.

Esses “golpes” ocorrem de maneira heterogênea ao sistema onde se infiltram, manifestando astúcias e modos diferentes de agir e de praticar tais “desvios”; Os movimentos serão diferentes, tudo é calculado de acordo com as circunstâncias do “terreno”, o palco onde acontecem as ações cotidianas de determinada sociedade.

(...) essas “trilhas” continuam heterogêneas aos sistemas onde se infiltram e onde esboçam as astúcias de interesses e desejos diferentes. Elas circulam, vão e vêm, saem da linha e derivam num relevo imposto, ondulações espumantes de um mar que insinua entre os rochedos e os dédalos de uma ordem estabelecida. (CERTEAU, 1994. p. 97)

Segundo o autor, Michel de Certeau, a única forma que os camponeses achavam para escapar das ordens impostas pelo coronel, já que todas as famílias campesinas (os mais “fracos”) moravam nas terras do mesmo, e assim ficando imediatamente submetidas às suas imposições, eram as resistências no sentido de

burlar as regras individualmente de acordo com a situação enfrentada pelos camponeses. É nesse sentido que o autor aponta o conceito de estratégia e tática:

Chamo de estratégia o calculo (ou manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exercito, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível a ser circunscrito como algo próprio... (Certeau. 1994, p.99).

A “tática” no contexto da obra de Certeau, é “a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma de fora lhe oferece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro.” (CERTEAU, p. 100). Esses movimentos, chegam a ser tão sutis que são invisíveis em um universo codificado pelo poder. “Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é um movimento dentro do campo de visão do inimigo” (CERTEAU, 1994. p. 100).

De acordo com Certeau a tática é a arte “do fraco”, fazendo do seu cotidiano, uma luta diária, onde suas vitórias vislumbram justamente nesses pequenos golpes, que servem para mostrar como uma forma de resistência ao sistema que lhes é imposto, e até mesmo uma forma de reafirmarem sua cultura em contraposição à cultura dominante. A astúcia do “mais fraco” prevalece dentro desse campo de poder, pois só é possível evidenciar a astúcia na ausência de poder por parte de quem a pratica.

(...) quanto maior o poder, tanto menor pode permitir-se mobilizar uma parte de seus meios para produzir efeitos da astúcia: é com efeito perigoso usar efeitos consideráveis para aparências, enquanto esse gênero de “demonstrações” é geralmente inútil e “a seriedade da amarga necessidade torna a ação direta tão urgente que não deixa lugar a esse jogo”. As forças são distribuídas, não se pode correr o risco de fingir com elas. O poder se acha amarrado a visibilidade. Ao contrário, a astúcia é possível ao fraco, e muitas vezes apenas a ela, como “ultimo recurso”: “quanto mais fracas as forças submetidas à direção estratégica, tanto mais esta estará sujeita à astúcia”. Traduzindo: tanto mais se torna tática. (CERTEAU, 1994, p. 101).

Os camponeses realizavam nesse contexto, suas formas de resistências, maneiras, tentativas de emancipação individual do seu contexto social, A estratégia, nesse âmbito, é uma no lugar sobre o tempo, permite capitalizar vantagens, preparar expansões futuras e obter uma independência em relação à viabilidade das circunstâncias. (SILVA, 2005. p.12).

Já no que o autor se refere de 'tática', os camponeses a realizavam na ausência do poder, ou seja, quando não estivesse sob a vigilância dos homens de confiança do coronel, os chamados "babões" pelos camponeses.

A "arte de dar golpes" será o senso da ocasião, de que, astuciosamente, se utiliza de táticas desviancionistas. Nem sempre os consumidores irão à ordem imposta socialmente pelos aparelhos disciplinadores. (SILVA, 2005. p. 12).

De acordo com Certeau (1994); os camponeses, então considerados como os "fracos", adquiriram com o passar do tempo habilidades de burlar as regras que lhes eram impostas pelo coronel, criando com isso uma identidade peculiar.

Para dar conta de nosso objeto de estudo dividimos o nosso trabalho em dois capítulos subdivididos da seguinte forma: no primeiro capítulo da nossa pesquisa, faremos uma descrição e análise das formações evolutivas do Trabalho na Paraíba, que se inicia com a mão-de-obra do nativo (índio), a posterior utilização do escravo africano na produção açucareira, até a constituição do trabalhador pobre-livre – que se fará ponto central para a discussão das relações coronelistas da Família Tavares, no Sítio Geraldo, situado no município de Alagoa Nova – PB. No segundo ponto do primeiro capítulo, daremos ênfase, a formação das oligarquias rurais paraibanas, utilizando de novas discussões e novas abordagens, em uma reflexão sobre a realidade social local e as práticas oligárquicas dos Tavares no município de Alagoa Nova.

No segundo capítulo, iremos localizar geograficamente o nosso lócus de trabalho, analisando a ligação histórica do município de Alagoa Nova, com a produção açucareira – fonte da economia municipal da época. No segundo ponto do capítulo, a base do trabalho ficará em torno das fontes bibliográficas e orais, que se

fará a partir dos relatos do ex-trabalhador da família Tavares – o trabalhador pobre-livre - e darão sustentação à nossa pesquisa.

Para referendar o nosso objeto de estudo, as fontes utilizadas serviram para a correlação das ideias argumentadas no decorrer do texto, consistindo em fontes Bibliográficas e Orais, tendo em vista a sua importância para o métier do historiador, se ajustando através de metodologias aplicadas da Nova História Política e da História Social, caminhando com método indiciário e o método da oralidade.

## I CAPÍTULO

### 1. O TRABALHO NA PARAÍBA

Neste capítulo se faz uma descrição analítica do Trabalho na Paraíba, do escravismo à transição para o trabalho livre, que serviu para que tenhamos uma visão acerca do processo histórico do trabalho no Estado, enfocando os mandos e desmandos das oligarquias locais.

Para fundamentar nossa análise, utilizamos como fonte bibliográfica, a coletânea de quatro volumes sobre a história da Paraíba que foi organizada pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. O recorte de nossa pesquisa se deu nos artigos de Maria do Céu Medeiros e Ariane Norma de Menezes Sá “O trabalho na Paraíba escravista (1585-1850)” e “*O trabalho na Paraíba: das origens à transição para o trabalho livre*”, (1999).

As autoras Medeiros e Sá (1999) no seu texto “**O trabalho do Índio**” terce toda uma discussão como foi utilizada a mão-de-obra indígena, nos primórdios da colonização portuguesa, em especial na Capitania da Paraíba, expressando também a ideia do colonizador para justificar a utilização da mão-de-obra nativa.

Essa conquista tão exaustante tinha que reverter em bons resultados para o conquistador-colonizador. E a única atividade econômica então vantajosa que iria responder aos interesses mercantis seria a produção do açúcar. A várzea do Rio Paraíba era fértil e promissora. Mas, antes de colher frutos, quanta coisa tinha pra ser feita! Fortalezas e casas de moradores, derrubada da Mata Atlântica, instalação dos engenhos, operação do solo, cultivo de roças e mantimentos. [...] Também não se contava com escravos de fora para tanta labuta. ( MEDEIROS; SÁ. 1999, p. 25).

A situação nativa chegava a ser pior que a do escravo negro, ficando assim o índio numa condição de meio escravo, meio livre, na categoria de escravidão incompleta,

[...] categoria que situa o índio em desvantagem até com relação ao escravo negro por que este tinha a sua sobrevivência garantida juridicamente. Mesmo que não o fizesse, o senhor estava obrigado a alimentá-lo, a vesti-lo, enquanto o índio ficava entregue à sua própria sorte. (MEDEIROS; SÁ. 1999,p.28)

Segundo Medeiros e Sá: “Foi a fabricação do açúcar, com fins lucrativos, que deu início e sentido à colonização do Brasil.” (MEDEIROS; SÁ. 1999, p. 49), contudo, a produção do açúcar na Paraíba ficou estagnada por anos, devido a falta de mão-de-obra adequada à produção pesada do engenho. Para suprir a falta de mão de obra os senhores de engenho de açúcar na Paraíba, passam a utilizar e explorar o trabalho escravo. Essa população escrava na Paraíba é muito pequena, comparada à de Pernambuco, tomando por base o ano de 1823, por exemplo. Nesse ano Pernambuco possui 31,25% de escravos no total da sua população. A Paraíba, 16,33%. Conforme MEDEIROS e SÁ (1999).

A escravidão não dá estímulos ao trabalhador para se reproduzir e nem interessa ao senhor criar filhos de escravos que são sempre anti-econômicos até chegarem à idade produtiva. Daí porque saía mais barato comprar o escravo em idade de trabalhar. (MEDEIROS; SÁ. 1999, p.49)

Mas o alto preço pago por escravos era mais um encargo para o senhor de engenho, o que justifica o “baixo” número de escravos que existia na Paraíba, é que muitos proprietários de terra e de escravos viviam em uma situação financeira muito difícil. O que levou à agregação do homem livre-pobre como mão-de-obra nas propriedades dos senhores de terra, que trabalhavam como meeiros, e os colocavam – “Moradores” - na posição de subordinados e subalternos; além do surgimento dos chamados jornaleiros, como componentes de uma nova “conjuntura” econômica ainda pré-capitalista na Paraíba.

## **1.1 A OLIGARQUIA DOS TAVARES**

O estudo das oligarquias não é um tema novo na historiografia brasileira e paraibana, no entanto nesse capítulo, pretendemos desenvolvê-lo utilizando nova abordagem, em uma reflexão sobre a realidade social local e as práticas

oligárquicas dos Tavares no município de Alagoa Nova – PB. Os Tavares, dentro de uma política de parentela, controlaram o poder político e econômico com seus mandos e desmandos nos latifúndios agro-pastoril.

No campo, no distrito, no município, o chefe político, o coronel, tardo e solene, realiza o autoritarismo, amortece, na linguagem corrente, o francês mal traduzido e o inglês indigerido. Ele municipaliza a expressão erudita, comunica-lhe, de seu lado, sentido e conteúdo, converte o freio jurídico do governo no buçal caboclo. (FAORO, 2004. P. 620)

O autoritarismo do chefe político, o coronel, é analisado também por Gurjão, na sua obra: “Morte e vida das oligarquias”.(1994)

Não obstante a modesta posição da oligarquia açucareira paraibana, no quadro geral do Nordeste, do ponto de vista interno, ela mantém expressiva liderança política e participação efetiva nos cargos de representação política direta, salientando-se, na chefia do poder executivo de Estado[...] (GURJÃO, 1994. p. 54)

O poder das oligarquias locais se manifesta desde os processos produtivos da economia, até a manipulação da engrenagem política regional e local. “Deste modo, as condições de trabalho a que está submetida a massa rural concomitantemente favorece a dominação dos “coronéis” pelos laços de dependência pessoal, garante o baixo preço do produto e os lucros do fazendeiro.” ( GURJÃO, 1994, p. 56).

Geralmente as parentelas dominavam e manipulavam a política local, fazendo com que houvesse uma competição entre eles pelo controle político, caracterizando-se pela monopolização do empreguismo e os cargos burocráticos ligados ao Estado.

A importância crescente do que Sylvio Romero chamou de “grupismo amiguelo”, ou amizade política, precisava ser reconciliada com maior dependência do grupo com respeito a uma variedade de laços de cunhado. Basicamente, a expressão “política de parentela” é empregada neste estudo para denotar o papel influente que o grupo familiar extenso ou parentela

exerceu na Paraíba como o núcleo organizacional para os agrupamentos políticos fundamentais.(LEWIN, 1993. p. 189)

As ligações de parentelas foram por muito tempo, a base das relações políticas das oligarquias na Paraíba. Com ligações por laços familiares, tornava-se mais concentrado as influencias de poder entre as elites; Facilitando uma rede de ligações políticas estaduais e federais.

Como um “grupo primário relativamente fechado e inteiramente informal mantido coeso, no interesse de todos, por laços de amizade, ou outro tipo de contato pessoal, que atua para fins comuns”, uma panelinha não possui uma definição institucional. (LEWIN, 1993. P. 190).

As ligações e relações políticas, geralmente, no decorrer de determinados tempos históricos variam em suas práticas, normas ou comportamentos. Nesse caso, as mais variadas formas poder se entrelaçam em “redes” de interesses, tendo como eixo norteador de nossa pesquisa, o contexto das elites agrárias paraibanas. O poder, como relata Paulo Henriques de Queiroz Guedes, [...] não deve ser analisado apenas em termos de dominação, mas também de trocas, recíprocas, pautadas geralmente na crença partilhada na autoridade. (2012, p. 26).

É nessa perspectiva que faremos o histórico da família Tavares, e como essa oligarquia dominou o poder político no município de Alagoa Nova, e a exploração do trabalho do homem pobre livre no sítio Geraldo, no período compreendido entre 1960 – 1975.

A oligarquia dos Tavares numa política de parentela tem início com o seu precursor João Tavares de Melo Cavalcanti, o primeiro filho, de Francisco Bernardo Cavalcanti e Genro do Capitão João Alves Viana.

O poder político dos Tavares tem inicio com João Tavares de Melo Cavalcanti (Filho), que nasceu em Campina Grande, a 13 de Outubro de 1848. Completou seus estudos na capital de Pernambuco, Recife, obtendo o grau de Bacharel em direito, retorna a vila de Alagoa Nova.

Na carreira política teve ascensão rápida, genro do coronel Manoel Pereira de Araújo Oliveira. Ocupou o cargo de Deputado na Assembleia provincial 1882 a 1885, pelo partido conservador. Posteriormente, presidente da Câmara Municipal da Vila 1887-1889, na área jurídica exerceu a função de Juiz Togado de termo da Vila de Alagoa Nova. “Chefe conservador em Alagoa Nova. Foi deputado provincial e estadual em várias legislaturas e vice-presidente do estado”. (CAMARA, 1999).

João Tavares se tornou uma figura de destaque no cenário político paraibano, após Alvaro Lopes Machado ser nomeado Governador do Estado da Paraíba por indicação do presidente da República Floriano Peixoto, em 1892.

Um jogo de interesses então se configurou entre Alvaro Lopes Machado e João Tavares, que para uma maior visualização partidária no brejo paraibano, propuseram uma aliança política. “Alvaro valeu-se de João Tavares de Melo Cavalcanti como seu principal representante na Assembleia, por ser um leal partidário do antigo juiz Antônio Trindade Antunes de Meira Henriques” (LEWIN, 1993, p.215).

Em 1896, durante o governo do presidente da República Prudente de Moraes, João Tavares tornou-se segundo vice-governador do estado da Paraíba. No entanto, o cargo almejado por João Tavares era o de representante federal, cargo que não conseguiu devido as novas divergências políticas com Alvaro Lopes Machado.

Logo após essa participação política no cenário estadual, João Tavares retorna a casa grande do engenho Geraldo, sua residência oficial, na cidade de Alagoa Nova, exercendo os ofícios de advogado no município.

Em 1904, retorna ao cenário político, agora em âmbito municipal, utilizando do prestígio político da oligarquia dos Tavares. Nomeado prefeito Municipal de Alagoa Nova, fica sob esse cargo até o seu falecimento em 1910.

Da união matrimonial – relação de parentela - entre João Tavares e Maria das Neves Pereira de Araújo (dona Yayá Tavares), tiveram sete filhos. Com a morte de João Tavares de Melo Cavalcanti, quem assume todas as atividades políticas e a administração do engenho é sua esposa, Maria das Neves, auxiliada pelo seu filho mais novo Pedro.

O filho mais novo Pedro se destacava na cidade também pelo seu porte físico, segundo Sales:

Pedro Tavares de Melo Cavalcanti se enquadra na classificação do tipo atlético. Corpulento, de rosto arredondado e lábios grossos, usava um espesso bigode. De fisionomia grave, tinha voz bem modulada, sentencioso e imprimia solenidade quando palestrava. Tinha vocação para engenheiro e se sentia frustrado com o título de Bacharel em Direito. (SALES, 1990, p.105)

Dr. Pedro Tavares, como era chamado por todos no município, permaneceu administrando o engenho Geraldo, e manifestando o poder político da oligarquia Tavares até o seu falecimento em 1975. Com a morte do último proprietário das terras, houve uma mobilização de luta pelo direito a terra do trabalhador pobre-livre da família Tavares.

## II CAPÍTULO

### 2. SITIO GERALDO

A comunidade do sítio Geraldo, pertence ao município de Alagoa Nova está localizada na Mesorregião do Agreste paraibano e na microrregião do brejo paraibano. Limita-se com os municípios de Areia, Esperança e Remígio ao Norte; Matinhas ao Sul; Alagoa Grande ao leste; e São Sebastião de Lagoa de Roça ao Oeste. Sua distância até a capital é de 148,6 km e está situada a 28 km da cidade de Campina Grande, umas das principais cidades de potencial econômico da região, e para onde escoam a maior parte da produção agrícola.

Alagoa Nova, município aonde se localiza o sítio Geraldo, tem sua história ligada à agricultura desde os tempos da sua colonização – 1700 – pelos desbravadores Domingos da Rocha, Alferes Isidoro Pereira Gondim, Agostinho Pereira Pinto, entre outros.

Nos primórdios o município destacou-se pela sua economia na produção de farinha de mandioca e outros gêneros alimentícios, destacando também o plantio de frutas e hortaliças que serviam para a subsistência da população. Não tardou muito para que os colonizadores verificassem a importância do solo da região, rico em argila - massapé - terra propícia para implantação da monocultura do açúcar, um dos produtos de alto preço na época.

Ao se firmar como cultura principal do brejo paraibano, a cana-de-açúcar desencadeou um desenvolvimento sem precedentes em toda região. A grande produção da cana-de-açúcar tem um retrocesso após a Abolição da escravidão no século XIX. Alguns engenhos passam a “moer” em uma escala reduzida para a produção apenas de rapadura e aguardente, outros entram no processo de “fogo morto”; esse retrocesso na produção vai se arrastar até as primeiras décadas do século XX.

Na década de 70, impulsionado pelos incentivos do governo federal ao projeto PRO-ÁLCOOL visando a produção em larga escala da cana-de-açúcar, com a finalidade de gerar um combustível alternativo, devido a crise mundial do petróleo. Os incentivos federais aos produtores: financiamento dos custos da implantação das usinas; redução de impostos e incentivos aos proprietários dos engenhos para o aumento da produção do plantio de cana-de-açúcar, suprimindo as necessidades da matéria prima das usinas. O projeto trouxe, posteriormente, além da estruturação artificial da forma de produção da cana-de-açúcar, muitas dívidas fazendo com que alguns produtores falissem, procurando outros meios de vida ou continuando a produzir derivados da cana-de-açúcar.

O sítio Geraldo tornou-se palco de diferentes acontecimentos em diferentes épocas: inicialmente com os engenhos e a agricultura da cana-de-açúcar sob o poder do coronelismo da oligarquia dos Tavares; a decadência na produção da cana-de-açúcar com a substituição da mão-de-obra escrava para o trabalho do homem pobre-livre; e principalmente a luta dos antigos moradores e trabalhadores do sítio pelo direito à terra; a decadência do engenho Geraldo, com o falecimento de Pedro Tavares - o último proprietário do sítio Geraldo em 1975.

O último acontecimento no sítio Geraldo a “luta” intensificada dos trabalhadores pobre-livre, pelo direito à terra, conseguida com a desapropriação das terras do sítio Geraldo pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) autarquia federal da administração pública brasileira, que tem como função administrar a questão agrária no Brasil.

Podemos perceber que no processo da “luta” pela terra deu-se a criação da identidade da comunidade do sítio Geraldo. Rompendo com as amarras das ordens coronelistas dos Tavares. É nesse processo de lutas por uma reforma agrária das terras do antigo engenho Geraldo, que vai constituindo uma identidade social dos Ex-trabalhadores e moradores dos Tavares; reforçada com a criação da associação dos moradores do sítio Geraldo do município de Alagoa Nova.

Nessa perspectiva, iremos analisar a forma do trabalho do homem pobre livre e o seu cotidiano no engenho Geraldo, buscando os detalhes do poder político da Família Tavares na constituição de uma formação social local.

## 2.1 UMA BREVE INCURSÃO SOBRE A HISTÓRIA ORAL

A oralidade enquanto método de estudo e de pesquisa foi utilizado pela História a partir de 1948, pela terceira geração da Escola dos Annales que foi um movimento liderado por Marc Bloch e Lucien Febvre ainda na década de 1920. Na tentativa de introduzir novas ciências na necessidade de ampliar o campo de visão sobre o seu próprio tempo, estes historiadores propunham novos problemas, novos objetos e novas abordagens.

A história oral é uma história meticulosa com determinado método de pesquisa oral realizada pelo historiador responsável pela organização das falas coletadas para o processo de construção de seu trabalho. Dando voz aos indivíduos, antes silenciados, valorizando não apenas os depoimentos dos “grandes homens” da história da história oficial. Segundo Thompsom.

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical no sentido social da história. (THOMPSON, 1992, p.44)

Alguns historiadores tende a entender e interpretar a História Oral como um movimento e um conjunto de ações que os leva a produzir suas próprias fontes através dos relatos orais dos indivíduos, que têm no entrevistador e no entrevistado

como autores. No entanto há outras visões sobre o conceito do que seja a história oral. Para entrarmos no debate sobre o sentido da história oral, nos embasamos também na visão de William.

Aos defensores da história oral como técnica interessam as experiências com gravações, transcrições e conservação de entrevistas, e o aparato que as cerca: tipos de aparelhagem de som, formas de transcrição de fitas, modelos de organização de acervo etc. Alguns defensores dessa posição são pessoas envolvidas diretamente na constituição e conservação de acervos orais; muitos são cientistas sociais cujos trabalhos se baseiam em outros tipos de fontes (em geral, escritas) e que utilizam as entrevistas de modo eventual, sempre como fontes de informação complementar. (...) A essas pessoas, entretanto, somam-se as que efetivamente concebem a história oral como uma técnica, negando-lhe qualquer pretensão metodológica ou teórica: 'A chamada 'história oral' não passa de um conjunto de procedimentos técnicos para a utilização do gravador em pesquisa e para a posterior conservação das fitas. Querer mais do que isso é ingressar no terreno da mais pura fantasia. A história oral não possui os fundamentos filosóficos da teoria, nem os procedimentos que [...] possam ser qualificados como metodológicos. Ela é fruto do cruzamento da tecnologia do século XX com a eterna curiosidade do ser humano' (WILLIAM, p. 25, 1986)

O estudo a partir das fontes documentais produzidas por meio de entrevistas e relatos orais, há tempos atrás já tiveram mais resistência por parte dos profissionais da área, isso foi causado muito pelo fato da utilização do documento escrito, tido como uma fonte verídica que retrata os fatos do passado em sua totalidade tal qual ocorreu; levando à pesquisa em si, uma desenvoltura de intangibilidade pelos paradigmas científicos.

A história oral, como todas as metodologias estabelece e ordena procedimentos de trabalho; como serão utilizadas as entrevistas e o modo como o historiador irá utilizá-la em sua problemática. Estabelecendo como se conduzirá a relação entre o entrevistado, as várias maneiras de transcrição e o objetivo trilhado pelo historiador para efetivação de seu trabalho; funcionando como ponte entre a teoria e a prática. Essa é a real função da história oral, não podendo ser apenas entendida como prática, mas também na área teórica. A história oral tem a finalidade de levantar questões e não de respondê-las, é papel do historiador a condução e indagações acerca das fontes utilizadas em sua pesquisa.

Dentro do campo da história oral podemos ver uma multiplicidade de visões diferentes e de subjetividades, fazendo com que os fenômenos subjetivos se façam inteligíveis, concretos e representativos da realidade como qual quer outro tipo de fonte. As representações a partir da oralidade são tão reais e legítimas quanto objetos ou documentos; passando o entrevistado o seu ponto de vista sobre determinado fato.

A utilização da História Oral, como qualquer narrativa, não expressa a representação da forma exata dos fatos e (ou) acontecimentos; mas como foi dito a priori, propõe uma inteligibilidade, de compreender o passado até o presente. De acordo com Veyne (1998):

A história é uma narrativa de eventos: todo o resto resulta disso. Já que é, de fato, uma narrativa, ela não faz reviver esses eventos, assim como tampouco o faz o romance; o vivido, tal como ressaí das mãos do historiador, não é dos atores; é uma narração. (...) Como o romance, a história seleciona, simplifica e organiza (VEYNE, 1998, p. 18).

O papel do historiador é de organizar uma produção discursiva, e não uma mera escrita fidedigna do que se passou; cabendo a este analisar e interpretar a fonte oral, como qualquer outro documento.

## **2.2 AS FALAS DOS TRABALHADORES DO SÍTIO GERALDO**

Dr. Pedro Tavares foi o único filho do João Tavares a permanecer ao lado de sua mãe, dona Yayá, exercendo as funções administrativas do sítio Geraldo até a sua morte. Em 1945, Pedro Tavares, filia-se ao PSD (Partido Social Democrático) e em 1968, passou a levantar a bandeira e a militar na Arena. “Dr. Pedro permaneceu durante muitos anos de sua vida ao lado de dona Iaiá no ‘Geraldo’. Exercia as atividades de senhor de Engenho e militava na política local. Solteirão, não deixou descendentes”. (SALES, 1990, p. 105). Tornando-se detectável, a característica de

“personalidade áspera” e intolerável do coronel, a partir dos depoimentos de seus ex-trabalhadores: (...) era pra trabalhar, só num trabalhava se tivesse dentro do cachão, mai se pudesse ainda se levantava do cachão e ia trabalhar a muque... (Entrevistado: Antônio Izidoro de Melo, 66 anos).

No que se refere à questão das “práticas” coronelistas, citadas anteriormente, o poder do coronel procurava ajustar mecanismos de vigilância para monitorar o cotidiano de seus “dependentes” (trabalhadores), e expressar sua autoridade para manter a “ordem” dentro das dependências do engenho e de sua propriedade.

Segundo Gérard Lebrun, que fala sobre as relações de poder:

[...] o poder não é um ser, “alguma coisa que se adquire, se torna ou se divide, algo que se deixa escapar”. É o nome atribuído a um conjunto de relações que formigam toda a parte na espessura do corpo social (poder pedagógico, poder do policial, poder do contra-mestre, poder do psicanalista, poder do padre, etc., etc.). (LEBRUN. 1984, p.20)

Em uma passagem, na entrevista realizadas com o Sr. Antônio, (66 anos), ex - trabalhador dos Tavares, quando perguntado da forma autoritária do então proprietário Pedro Tavares:

[...] agente que já era morador, se fosse tira um pau de lenha pra queimar, tirava escondido, porque se ele soubesse, se fosse intregar [...] ele mandava chamar a pessoa e gritava dentro da ignorância, porque ele num sabia, tratar uma pessoa naquele tempo com dignidade, ele tratava na forma da ignorância. (Sr. Antônio Izidoro de Melo, 66 anos)

Fica evidente os instrumentos utilizados para vigiar os trabalhadores do engenho Geraldo, assim como os métodos de punição, sendo esta feita tendo em vista o “acordo” de regras instituídas pelo coronel, detentor do poder local:

[...] os homens se acostumaram muito rapidamente à obediência cívica – de modo que não se deve dizer, como fazem os teóricos do contrato, que os homens estejam presos à obediência apenas por sua promessa. Isto pode haver acontecido, em eras remotas. Mas, rapidamente, o dever de obediência “enraizou-se por si próprio”. O poder não deve sua existência às

nossas promessas; (...) é ele, reconhecido há tanto tempo como uma fatalidade, que nos força a cumpri-las. (LEBRUN. 1984, p.24).

A punição do senhor de engenho variava em diversas maneiras de expressão de poder, para que servisse como uma forma de exemplo para o restante da sociedade.

A entrevista realizada como o segundo entrevistado, Antônio Soares de Lima de 54 anos, fala sobre a forma de punir um trabalhador/morador da família Tavares, caso este burlasse as regras impostas pelo coronel:

[...] se num fizesse o que ele mandasse, num tinha história, era mandado embora, se butasse você pra trabalhar, você ia trabalhar na sujeição, se dissesse - não vou trabalhar!, ele dizia: - então eu quero o canto! E mandava embora. (Sr. Antônio Soares de Lima, 54 anos)

Em tempos de política local, a fiscalização entre seus moradores e trabalhadores eram mais efetivas, pois faziam parte de um sistema político em que seus “dependentes” formavam o chamado “curral eleitoral”, e os votos dos respectivos moradores eram controlados com uma prática chamada de “voto de cabresto”, onde o indivíduo era obrigado a votar em um candidato escolhido pelo patrão.

Com uma expressão ainda de medo, o entrevistado Sr. Antônio de 66 anos, descreve o período eleitoral e as formas de punição do Dr. Pedro Tavares:

Naquele tempo da política, o morador que votasse, naquela época de eleições, se votasse fora do candidato dele, ele jogava pra fora no outro dia, isso aconteceu dentro do Geraldo, Cumpade Mané Inacio, que já morreu. Nasceu e se criou no Geraldo, que mode um voto, que votou contra, ele butô pra fora!E muitos e muitos que saiu, mode voto, tempo de eleição, de período eleitoral saiu...e o sistema daquele tempo era essa,como eu acabei de dizer... doutor Pedro era cruel nessa faxaí, ele butava e jogava pra fora, num queria nem saber, a autoridade era ele da propiedade e acabouse a história!!Finado Silva de Anjo foi butado pra fora com oito moradores, sem direito a nada naquela época, a polícia chegou e butou pra fora naquela época mandado por Pedro Tavares, e o Geraldo conta essa história todinha[...] (Sr. Antônio Izidoro de Melo, 66 anos)

Descrevendo pela forma como se desenvolvia o processo eleitoral, o segundo entrevistado Antônio Soares de Lima de 54 anos, relata:

Ah! Em tempo de eleição toda vida foi um barato. Eu ainda tirei o meu título, a qualificação era na casa dele (Pedro Tavares), não podia ser noutro canto, e se ele determinasse pra você votar em um candidato, você não podia votar noutro, até porque as urnas dos moradores do Geraldo era separada, ainda tinha esse empecilho aí. Você não tinha a liberdade de votar em quem você quisesse. Era liberdade, como se diz, entre aspas, mas não podia porque ele (Pedro Tavares) não aceitava. Se tivesse um voto contra ele ia bisbilhotar pra saber que foi, ia fazer a comparação da assinatura do nome, porque naquele tempo, não votava analfabeto, só votava quem sabia lê e escrever? Ia fazer comparação da letra, do “x” que você fazia, porque naquele tempo era um “x” que você fazia pra votar. Então era desse jeito, você tinha que votar em quem ele quisesse, era o chamado curral eleitoral. (Sr. Antônio Soares de Lima, 54 anos)

O discurso dominante praticado pelo poder local, que compreendia a uma cadeia complexa de relações de forças e de poderes, provinha do núcleo central ( O coronel Dr. Pedro Tavares), e era reforçado por seus sentinelas (feitores), que serviam, na verdade, como os olhos do coronel, que controlava e vigiava tudo o que ocorria ao seu redor.

[...] naquela época, agente que já era morador, se fosse tira um pau de lenha pra queimar, tirava escondido, porque se ele soubesse, se fosse entregar, que tinha muito...vamos dizer assim, na forma da palavra de falar: Cheleleu, e se fosse entregar a pessoa, ele mandava chamar a pessoa e gritava dentro da ignorância, porque ele não sabia, tratar uma pessoa naquele tempo com dignidade, ele tratava na forma da ignorância. (Sr. Antônio Izidoro de Melo, 66 anos)

É interessante ressaltar, que mesmo em meio a tantas vigilâncias, e visto por tantos glóbulos oculares, o pequeno camponês realizava estrategicamente, pequenos golpes de resistência à cadeia complexa de poderes ao qual estava “forçado” a conviver. Dia-a-dia, o trabalhador pobre livre, reinventava o seu cotidiano, praticando “golpes”, que poderiam ser imperceptíveis aos olhos do poder central (coronel), mais que para os mesmos, era considerado uma grande vitória, pois acabou “ludibriando” o referido sistema que vigorava em seu lócus, tornando

nítido o que Michel de Certeau, em sua obra “A invenção do cotidiano”, diz e descreve como “astúcia”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da presente pesquisa, que envolveu uma ampla discussão em torno dos mandos e desmando do político da Família Tavares no município de Alagoa Nova – PB entre os anos de 1960 - 1975, associada à relação exploratória do trabalho do homem pobre-livre, contou com a utilização de novas abordagens metodológicas ao mesmo tempo em que fizemos uma análise acerca das oligarquias na Paraíba; com o intuito de revisitar personagens, fatos, eventos e processos identificados no desenvolvimento das tramas políticas da história local do município de Alagoa Nova, bem como compreender as engrenagens sociopolíticas provocadas pelas relações de parentesco e “amiguismo” dentro da engenharia política paraibana.

Do ponto de vista teórico, estabelecemos um diálogo com vários autores, ligados direta ou indiretamente à Nova História Política, em suas discussões sobre a constituição do poder político, no campo dos estudos das famílias oligárquicas paraibanas, das relações de força e da constituição evolutiva do Trabalho agrícola na Paraíba, estando cada abordagem citada inicialmente em consonância para a explicação da conjuntura social da época.

Na pesquisa sobre os processos evolutivos do Trabalho na Paraíba, foi possível perceber o grau de complexidade de como este foi desenvolvido ao longo dos tempos. Os resultados, de certa forma, foram perceptíveis através de uma descrição analítica desde os primórdios do período colonial até a parte cronológica central da discussão. A produção açucareira foi um dos pontos contemplados para a análise, discutindo a justificativa para a substituição do trabalho do índio pelo trabalho do escravo-negro, e posteriormente a utilização da mão-de-obra do trabalhador pobre-livre.

O regaste de estudos sobre as oligarquias, se fez necessário para entendermos que, os Tavares, dentro de uma política de parentela, controlaram o poder político e econômico com seus mandos e desmandos nos latifúndios agro-pastoril de Alagoa Nova - PB; destacando sempre a figura do “coronel” como a base do poder e de coerção social.

O “jogo” político ornamentado pelas elites agrárias, principalmente as políticas de parentelas, são necessárias para as realizações das suas tramas. Geralmente as parentelas dominavam e manipulavam a política local, havendo uma competição entre eles pelo controle político, caracterizado pela monopolização do empreguismo e os cargos burocráticos ligados ao Estado.

O “estamento burocrático”, tem se perdurado no poder por um longo período da história da política brasileira, os mais importantes cargos do executivo municipal, estadual e federal, assumiam um caráter patriarcal, identificável no mando da pessoa do fazendeiro, do senhor de engenho e dos coronéis.

O estudo do “jogo” político, suas tramas, relações de poderes e parentelas, no contexto analisado, tem relevância para nós historiadores, e a sociedade; para que compreendamos as conjunturas sociais de cada época. Nessa perspectiva, buscamos uma compreensão através de análises do político que trazem reflexos no meio social atual.

Este trabalho não é uma discussão acabada, pois deixamos em aberto para novas contribuições e revisitações de pesquisas posteriores sobre a temática, além de novas discussões historiográficas para múltiplas visões analíticas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D' Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens / José D' Assunção Barros**. 5. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p.106-124.

CÂMARA; Epaminondas. **Datas campinenses**. Ed. RG Editora e Gráfica. Campina Grande: 1988. P. 164.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. p. 38-74; 91-106; 169-189.

FAORO, Raymundo, 1925 – **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. – 16ª Ed. – São Paulo: Globo, 2004.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história**. São Paulo. Companhia das Letras, 1989. P. 80-143.

GURJÃO, Eliete de Quiróz. **Morte e vida das Oligarquias/Eliete de Queiroz Gurjão**. – João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994. 222p.

KONDER, Leandro. **Intelectuais brasileiros e marxismo**. Belo Horizonte: Oficina de livro, 1991.

LEBRUN, Gérard, 1930 – **O que é poder / Gerard Lebrun; Tradução: Renato Janine Ribeiro, Silva Lara Ribeiro**. – São Paulo : Abril Cultural : Brasiliense, 1984.

LEWIN, Linda, 1941 – **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar/Linda Lewin; tradução André Villalobos**. – Rio de Janeiro: Record,1993.

MEDEIROS, Maria do Céu. **O trabalho na Paraíba: das origens à transição para o trabalho livre**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999.

NETO. Faustino Teatino Cavalcante; GUEDES. Paulo Henrique M. de Queiroz & NETO. Martinho Guedes dos Santos (orgs.). **Cultura e poder político:** historiografia, imaginário social e representações da política paraibana republicana. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2012.

RÉMOND, René. **Por uma História política.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

ROGER, William, «Notes on oral history» in **International Journal of Oral History**, 7(1), Feb. 1986, 23-28.

SALES, José Borges de. **Alagoa Nova:** Notícias para sua História. Fortaleza: Gráfica Editora R. Esteves Tipoprogresso Ltda. 1999. P. 91-107.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O Regionalismo Nordestino:** Existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo: Ed. Moderna, 1984.

SILVA, Marcos Paulo da. **Camponeses na resistência cotidiana:** Uma história do Sítio Geraldo – Matinhas-PB. 2005.p. 67 – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande-PB.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história:** Foucault revoluciona a história. Brasília: UNB, 4ª ed., 1998.